



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 27ª REGIÃO/RR



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo: nº 27/2019

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA.

1 – DO OBJETO:

1.1 – Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços jurídicos na seara pública e privada em favor do Conselho Regional de Serviço Social da 27ª Região/RR, com a realização dos seguintes serviços:

- a) Assessoria Jurídica preventiva de orientação no segmento de licitações e contratos administrativos, por meio de pareceres escritos, julgamentos de recursos administrativos e demais peças aplicáveis à espécie.
- b) Assistência judicial contenciosa, através da elaboração de defesa e propositura de ações de interesse do Contratante, envolvendo questões de quaisquer naturezas, exceto ações criminais.
- c) Comparecimento a audiências administrativas ou judiciais em processos nos quais o Contratante figure como Polo Ativo ou Passivo, assistente ou litisconsorte, nas matérias constantes do item anterior.
- d) Elaborar pareceres escritos, responder impugnações, recursos, indagações de interessados e de órgãos públicos fiscalizadores que se relacionem com atividades realizadas pelo Contratante.
- e) Participações em reuniões de caráter jurídicos, no Estado ou em outros Estados nas quais se relacionem com atividades do Contratante, ficando a cargo deste a emissão e pagamento de passagens para descolamento do profissional.
- f) Prestar assessoria às Comissões de Ética; Comissão Permanente de Orientação e Fiscalização; Comissão de Inadimplência e demais Comissões afins, instruindo processos éticos e disciplinares.
- g) Proceder à orientação aos Conselheiros e funcionários quando solicitado.
- h) Assessorar sindicâncias que forem instauradas no âmbito do Conselho.
- i) Emitir pareceres jurídicos sobre todos os processos fiscalizatórios do Contratante.
- j) Acompanhamento das causas em curso, incluindo a elaboração de todas as peças necessárias para defesa do Contratante, até o trânsito em julgado de sentença.

2 – DA JUSTIFICATIVA:

2.1 – Trata-se de contratação de empresa especializada na prestação de serviços advocatícios, seja na forma de sociedade unipessoal ou sociedade simples, a fim assessorar e representar judicialmente o Conselho Regional de Serviço Social da 27ª



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 27ª REGIÃO/RR



Região/RR, com base nas recomendações da legislação vigente, dos órgãos de controle e princípios da administração pública.

2.2 – Dentre os serviços técnicos especializados passíveis de licitação, consoante disposição dos artigos 13 e 25, inciso II da lei nº 8.666/93, constam expressamente a realização de assessorias ou consultorias técnicas, bem como o patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas.

2.3 – Com base nos dispositivos da lei 8.666/93, evidencia-se que a hipótese de contratação se configura como inexigibilidade de licitação, assim que os requisitos de notória especialização do escritório contratado e da singularidade dos serviços a serem prestados forem evidenciados.

2.4 – De igual forma, a Súmula nº 04/2012/COP reitera que esta é a forma correta e adequada pela qual os profissionais do direito devem proceder, ratificando que a inexigibilidade é o instrumento que encontra sentido jurídico para formação do ato administrativo de contratação de serviços advocatícios.

3 – DO PRAZO E LOCAL:

3.1 – O objeto de contratação do escritório de Assessoria Jurídica tem o prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma do artigo 57 da Lei 8666/1993.

3.2 – Não existe vinculação do Contratado quanto ao local da execução dos serviços, podendo-se servir nas dependências do Conselho Regional de Serviço Social da 27ª Região, que deverá disponibilizar as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades, bem como, em outro local, previamente definido e conforme cláusulas contratuais, onde houver a necessidade da execução das atividades de assessoria jurídica.

4 – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

4.1 – A execução dos serviços contratados será acompanhada e fiscalizada por funcionários do Conselho Regional de Serviço Social da 27ª Região, formalmente nomeados, cabendo-lhe, entre outros:

- a) Solicitar ao Contratado e seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento do Contrato e anexar aos autos do processo correspondente, cópia dos documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;
- b) Supervisionar o objeto desta licitação, anotando em livro próprio todas as ocorrências, garantindo que as providências sejam tomadas para regularização das falhas observadas, na forma do art. 67, da Lei 8.666/1993.

5 – DA FORMA DE PAGAMENTO:

5.1 – O pagamento será realizado pelo Conselho Regional de Serviço Social da 27ª Região, até o dia 30 (trinta) de cada mês, mediante a apresentação da nota fiscal e de Certidões de Regularidade Fiscal, devidamente atestadas pelo CRESS/RR.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 27ª REGIÃO/RR



6 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- 6.1 – Prestar satisfatoriamente os serviços de assessoria e consultoria jurídica demandadas pelo Contratante;
- 6.2 – Prestar os serviços com eficiência, competência, diligência, cumprindo o estabelecido no presente contato;
- 6.3 – Cumprir os prazos acordados para a elaboração e conclusão dos pareceres, orientações jurídicas e de atuação junto as ações judiciais;
- 6.4 – Comparecer às reuniões previamente designadas para a prestação de consultoria jurídica;
- 6.5 – Propor, acompanhar e defender ações em âmbito contencioso, nas esferas administrativas e judicial, incluindo a redação de protocolos de todas as peças necessárias, até o trânsito em julgado;
- 6.6 – Possuir o encargo exclusivo na elaboração de peças processuais em nome do Contratante, devendo aquele constar como signatário de todos os atos petitórios, exceções, mandados de segurança e recursos, ainda que em conjunto com outros profissionais;
- 6.7 – Sujeitar-se as correções e ações pela Contratante na execução do contrato.

7 – OBRIGAÇÕES DO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 7.1 – Permitir o acesso do preposto do Contratado às suas instalações para a execução do objeto contratual, prestando os esclarecimentos e informações necessárias, além de fornecer em tempo hábil, todos os documentos solicitados pelo Contratado;
- 7.2 – Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o bom desempenho destes;
- 7.3 – Requisitar documentos para verificar as regularidades jurídicas, fiscais e trabalhistas e a qualificação técnica do Contratado;
- 7.4 – Efetuar o pagamento nas condições e preços contratados;
- 7.5 – Reter o pagamento se verificado que o objeto contratual não estiver sendo realizado de acordo com a especificação apresentada;
- 7.6 – Fiscalizar o cumprimento do Contrato;
- 7.7 – Fornecer e colocar à disposição do Contratado, tempestivamente para a execução dos trabalhos, todas as informações necessárias para a execução dos serviços prestados;
- 7.8 – Notificar por escrito o Contratado por toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do contrato, afixando prazo para a devida resolução.

8 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

A Contratada será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- 8.1 – Apresentação de documentos falsos;
- 8.2 – Retardamento da execução do objeto;
- 8.3 – Falhar na execução do objeto;





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 27ª REGIÃO/RR



8.4 – Fraudar na execução do objeto;

8.5 – Fraude fiscal;

8.6 – As sanções previstas neste Termo de Referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

9 – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

9.1 – O presente Contrato poderá ser alterado pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nas hipóteses previstas nos incisos I e II do art. 65 da Lei n. 8.666/93.

10 – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

10.1 – O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do Contratante, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

10.2 – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado ao Contratado o direito ao contraditório e ampla defesa.

10.3 – No caso de rescisão amigável ou ainda por iniciativa do Contratado, este se obriga a permanecer representando o Contratante por 30 (trinta) dias, a contar da data em que der ciência inequívoca da rescisão.

10.4 – No caso de rescisão, será pago o valor de honorários proporcional aos dias do mês trabalhados pelo Contratante.

11 – DA FONTE DE RECURSOS:

11.1 – As despesas com a execução do presente contrato ocorrerão, no presente exercício, através:

a) Fonte: 001

b) Serviço: Serviços Advocatícios

c) Elemento de Despesa: 6.2.2.1.01.04.03.004.003

ELABORAÇÃO:

LIANDRA AGUIAR BORGES
Tesoureira

DE ACORDO:

ANA LAURA MENÉZES DE SANTANA
Presidente

